

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO N° , de 2005
(Da Comissão de Desenvolvimento Urbano)

Requer a criação de Comissão Externa para averiguar as denúncias sobre população em área de risco e saques à carga de trens na favela do Arará, na zona portuária, e ameaça aos empregos dos trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a criação de COMISSÃO EXTERNA destinada a averiguar e acompanhar as denúncias veiculadas sobre o alto risco a que está exposta parte da Favela do Arará, dada a excessiva proximidade com os trilhos ferroviários, bem como os constantes saques de carga ferroviária acontecidos no mesmo ramal, causando graves prejuízos às operações do Porto do Rio de Janeiro, ameaçando os empregos de estivadores e conferentes de carga.

A esse respeito, esclareço que a presente solicitação foi aprovada na reunião ordinária desta Comissão realizada hoje.

JUSTIFICAÇÃO

Há mais de duas décadas a comunidade do Parque Arará, um prolongamento da Favela do Jacarézinho, ocupa progressivamente a faixa de domínio da ferrovia, instalando-se de forma desordenada junto aos trilhos, estabelecendo uma situação de risco à segurança da operação ferroviária e sobretudo às próprias vidas daquela comunidade;

Com o agravamento da crise econômica e social aliada a expansão da criminalidade, os invasores avançaram de forma rápida e irregular nos marcos de domínio da ferrovia, num desafio a legalidade e às autoridades públicas constituídas da época.

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

A comunidade está localizada nos bairros de Manguinhos e Benfica, numa extensão aproximada de mil e quinhentos metros ao longo da linha férrea, em ambos os lados da faixa de domínio e utilizando os trilhos como acesso principal às suas *moradias*:

A **MRS** tem sérias dificuldades para executar as manutenções periódicas de seus trilhos e dormentes, uma vez que não existe espaço mínimo necessário para a realização desses trabalhos. Cria-se um círculo vicioso, aumentando o risco já existente, pela falta da manutenção regular necessária.

Com o risco de acidentes, as composições são obrigadas a transitar numa velocidade máxima de dez quilômetros por hora, o que tem permitido sucessivos saques às cargas, inviabilizando a captação de fretes,

CONSEQUÊNCIAS DO PROBLEMA:

Vários segmentos da sociedade são afetados por essa situação caótica, principalmente as empresas que utilizam a ferrovia para exportar ou importar mercadorias pelo Porto do Rio de Janeiro, porque perdem negócios ou tem seus custos elevados pela falta de segurança no único acesso ferroviário ao porto.

Simultaneamente, os Governos Estadual e Municipal perdem em arrecadação fiscal, uma vez que as empresas que transportam cargas de maior valor agregado optam pelo uso dos portos de São Paulo e Espírito Santo, ocasionando a queda na oferta de empregos e serviços, além de contribuir para o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro.

Desde 1998, a **MRS** mantém contato com a Prefeitura do Rio de Janeiro para participar do PROJETO FAVELA-BAIRRO. Esse programa consiste na estruturação urbana da favela, o que permitirá preservar a integridade das comunidades e o êxito do transporte ferroviário de cargas na região.

Primeiro Estudo: Remoção parcial pelo Programa Favela-Bairro das construções irregulares, mantendo-se livre uma faixa de seis metros em ambos os lados da linha férrea. A **MRS** será responsável pela remodelação dos trilhos, além da construção de muros para a vedação e para proteção das cargas transportadas;

Segundo Estudo: Remoção total pelo Programa Favela-Bairro, das construções irregulares. A **MRS** manterá seus investimentos programados no primeiro estudo.

O Segundo Estudo, embora de maior custo econômico e social, sinaliza uma solução definitiva permitindo não só a consolidação do transporte ferroviário ao Porto Organizado do Rio de Janeiro, mas também garantirá maior segurança e qualidade de vida às famílias contempladas por tal Programa.

Em recente reunião desta CDU no Rio, realizada na sede regional da Caixa Econômica Federal, para conhecer os projetos para a revitalização do Centro do Rio, essa situação foi exposta pelos senhores Carlos Antônio da Silva, Presidente do Sindicato dos Estivadores e Mayo Uruguai Machado Fernandez, Presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descargas nos Portos do Estado do Rio de Janeiro, sensibilizando à todos os representantes de entidades empresariais e populares presentes.

Após essa reunião recebemos a denúncia formal do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Estado do Rio de Janeiro, o senhor Mayo Uruguai Machado Fernandez, que solicita à esta Comissão de Desenvolvimento Urbano uma intervenção, “com a maior brevidade possível”, dado que “a questão põe em risco a vida de inúmeras famílias desta comunidade”.

Tão grave situação, demandará para a sua solução uma articulação ampla, rápida e eficiente dos três níveis de governo: a União, o Estado e o Município. Por isso, sugere-se a intervenção desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, para que em Comissão Externa, possa recolher os elementos necessários para a construção de uma solução que ofereça moradia digna para aquela comunidade e permita que o Porto do Rio de Janeiro possa expandir as suas atividades e criar mais empregos, tão necessários aos cariocas e fluminenses.

Sala das Sessões , em de de 2005

Deputado Julio Lopes
Presidente